



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



A PLURATIVIDADE E A VIABILIZAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE: UM ESTUDO DE CASO DOS PRODUTORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PR

SALETE POLONIA SALETE; LIGIA MARIA HEINZMANN; PERY FRANCISCO ASSIS SHIKIDA;

UNIPAR

TOLEDO - PR - BRASIL

borilli@certto.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

A pluratividade e a viabilização da pequena propriedade: um estudo de caso dos produtores rurais no município de Toledo – PR

Grupo de Pesquisa: AGRICULTURA FAMILIAR

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer um levantamento das principais atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do município de Toledo/PR, bem como a importância da pluriatividade na viabilização dessas propriedades. Como corolário, este estudo aponta para o fato de que as propriedades rurais têm diversificado suas atividades a fim de obterem maior rentabilidade. Ademais, a adoção de técnicas de gestão e planejamento é um fator determinante para a redução de custos de produção e para a rentabilidade da propriedade rural, porque a pequena propriedade, oriunda, em sua maioria, de herança, é predominante entre os entrevistados. Neste estudo, constatou-se que a predominância dos proprietários rurais pesquisados é de homens, casados, com idade média de 48 anos, com ensino fundamental e que atuam na atividade há mais de 20 anos. A mão-de-obra utilizada é essencialmente familiar.

PALAVRAS-CHAVES: propriedades rurais, pluratividade, município de Toledo/PR

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os produtores rurais vêm sofrendo os impactos causados por mudanças estruturais na economia relacionados, em grande parte, pelas novas formas de produção e aos processos de abertura e à integração econômica. A abertura do mercado, a redução e ou a eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias têm propiciado a queda significativa nos preços dos produtos agrícolas principalmente as *commodities*. Como consequência do novo cenário econômico, os produtos típicos de atividade da economia familiar como: leite, arroz, feijão e milho tiveram uma redução nas unidades de produção, afetando a renda dos proprietários rurais, principalmente, das pequenas e médias propriedades baseadas na agricultura familiar acentuando, assim, a crise do setor.

Por outro lado, as atividades não-agrícolas, em regiões onde predominam formas de produção de cunho familiar têm mantido o nível de emprego e mão-de-obra no meio rural. Cabe frisar que, nas últimas décadas, o meio rural brasileiro registra um aumento de atividades não-agrícolas (turismo, transformação artesanal, comercialização direta, serviços, etc.). Atividades essas que eram, até pouco tempo, consideradas marginais ou secundárias e que tinham pouca importância na geração de renda e no nível de emprego no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1997 e 1999; DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 1998; SCHNEIDER, 2003).

O processo de modernização da agricultura brasileira e as peculiaridades estruturais como a estrutura fundiária e o nível de escolaridade, no caso dos produtores, no município de Toledo/PR, contribuem para entender o papel que as múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade) podem desempenhar no desenvolvimento do espaço rural do município.

Para tanto, deve-se entender a pluriatividade a partir da dinâmica interna da família, e de como ela reage ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local. Contudo, fatores regionais ou locais podem fomentar o desenvolvimento da pluriatividade, como estratégia de sobrevivência da economia familiar. Experiências dos produtores rurais com o manejo do solo e com o trato de animais podem ser utilizadas, não apenas no desenvolvimento de atividades tradicionais no espaço rural, mas, também, em outras que possam ser introduzidas pelas instituições voltadas ao fomento de desenvolvimento do espaço rural.

Esta incorporação de novas atividades nas propriedades rurais pode dar importante contribuição para a valorização do espaço rural, fundamental para o desenvolvimento local. Portanto, este trabalho tem por objetivo apurar as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do município de Toledo/PR (durante o ano de 2005), bem como a importância da pluriatividade na viabilização dessas propriedades com o intuito de contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural local.

Para atingir este objetivo, além desta introdução, o trabalho apresenta mais três tópicos, sendo que o segundo tópico apresenta o referencial teórico que deu suporte ao estudo, no terceiro tópico discutem-se os resultados com base nos dados coletados na amostra e, por último, a conclusão da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Atividade agrícola

As atividades rurais podem ser exercidas de várias formas, desde o cultivo para a própria sobrevivência a grandes empresas explorando os setores agrícola, pecuário e agroindustrial. As unidades familiares são caracterizadas como auto-suficientes quando a

atividade agrícola exercida por elas envolve o processo produtivo e de consumo. Entretanto, com o passar do tempo, em razão da divisão do trabalho e do desenvolvimento do comércio, deu-se a dissociação entre o processo produtivo e o de consumo, quando o agricultor deixou de limitar-se a produzir para seu consumo e para o de sua família, mas em especial para a venda no mercado consumidor (VALLE, 1987).

Segundo Marion (2002), consideram-se atividades rurais aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo através do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas. Cabe salientar que, na atividade agrícola, os termos e as expressões “produtor rural” variam de região para região.

Neste sentido o Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural (2003, p. 21) define: produtor rural como sendo “[...] a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que desenvolve, em área urbana ou rural, a atividade agropecuária, pesqueira ou silvicultural, bem como a extração de produtos primários, vegetais ou animais, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou prepostos”.

Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) classifica, para a região do município de Toledo/PR, o produtor rural pequeno, médio e grande como sendo: “[...] o pequeno produtor aquele que detém de 01 a 71,9 hectares, médio produtor de 72 a 269,9 hectares e grande produtor aquele que possui acima de 270 hectares”, considera também que um módulo de terra é igual a 18 hectares.

2.2 Breve relato da agricultura familiar no Brasil

O tema agrícola tem amenidades sociais que acompanham a história do país desde a sua independência e nos dias atuais manifestam-se pela sensibilidade maior dos movimentos nacionais pela reforma agrária. Tem também, e cada vez mais, um papel estratégico para a economia, para o desenvolvimento social e para o equilíbrio ambiental das diferentes regiões por onde se distribui a agropecuária (BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2001).

A partir dos dados do Censo Agropecuário (1995-1996), identificou-se um total de 4,1 milhões de estabelecimentos agropecuários familiares, correspondentes a 85,1% do total de estabelecimentos, 30,5% da área total e 38% do valor bruto da produção agropecuária do país. Agricultores familiares em melhores condições econômicas, que perceberam rendas superiores ao custo de oportunidade da mão-de-obra familiar, foram responsáveis por 30,3% do valor bruto da produção agropecuária do país.

Agricultores em piores condições, que perceberam renda abaixo do custo de oportunidade, foram responsáveis por apenas 7,7% do valor total da produção agropecuária nacional, mas representavam 56,3% do número total de estabelecimentos. Esses dados deixam clara a importância social e econômica da agricultura familiar no Brasil, assim como suas fragilidades e potencialidades. Por um lado, revela-se a capacidade de geração de renda e emprego, além da importante contribuição da agricultura familiar para produção agrícola. Por outro lado, fica evidente também que a agricultura familiar ainda é depositária de um grande contingente de indivíduos que vivem em condições sociais e de produção extremamente heterogêneas.

O conjunto de combinações de culturas e criações dentro de uma unidade de produção determina o seu sistema de produção. A agricultura familiar desenvolve sistemas de produção complexos, combinando culturas, criações animais e transformações primárias tanto para consumo familiar quanto para o mercado. Esses sistemas de produção são resultado não apenas de condições sócio-ambiental-agronômicas de cada local, mas também de condições

econômicas e históricas. Podem ainda apresentar diferentes níveis de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Estudos realizados pelo Convênio FAO-INCRA identificam 29 sistemas de produção familiar no Brasil, os quais refletem diferentes combinações de atividades. Para citar casos extremos, existe no país desde o sistema tradicional roça pura para subsistência (produção de mandioca, consorciada ou não com milho, arroz e/ou feijão), com pouca inserção no mercado, típico de produtores descapitalizados da região Norte, até o sistema milho/feijão+aves+suínos, praticado por agricultores capitalizados da região Sul. Ressalta-se que dentro desse espectro existe grande heterogeneidade inter e intra-regional (BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2003).

A dimensão do território brasileiro, bem como a disparidade sócio-econômica regional justifica a diversidade do sistema de produção existente. Mas, ao mesmo tempo, a agricultura familiar, em função de sua escala econômica, tem uma inerente vinculação com o espaço local, pois favorece a formação de mercados regionais a montante e a jusante de sua atividade e possibilitam a integração de interesses entre produtores, comerciantes e consumidores, componentes importantes para a proposta de desenvolvimento sustentável a partir da ação local, já que fortalece a democratização do poder político, em detrimento do poder de elites locais (ASSIS, 2003).

Utilizando dados do Censo Agropecuário (1995-1996), estudo do Dieese (2001), afirma que também na ocupação de mão-de-obra, a agricultura familiar exerce um papel importante, pois, o maior número de ocupações se concentra no meio rural. Apesar de dispor de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% das ocupações ou 13.780.201 pessoas. Segundo o mesmo estudo, “isso ocorre porque, entre os agricultores familiares, a ocupação concentra-se entre os membros da própria família. Do total de unidades de trabalho utilizadas na agricultura familiar, apenas 4% são contratadas. Os demais trabalhos são realizados por membros da própria família” (DIEESE, 2001 p. 226).

Estudo realizado por Deser (2003) enfatiza o papel desempenhado pelo segmento familiar nos processos locais de desenvolvimento, na conservação da biodiversidade, na preservação de culturas tradicionais ameaçadas pela modernidade, na construção de redes sociais, na formação de uma identidade coletiva e na definição de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento territorial.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação - FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (1996), definem a agricultura familiar a partir de três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na sua maior parte pela família; e os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, a terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Marion (2002) argumenta que agricultor familiar é todo aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. Entretanto é permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Guanzirolí et al. (2001), citados por Buainain e Souza Filho (2001), partem de um conceito mais geral no qual são considerados estabelecimentos agrícolas de caráter familiar aqueles que atendam, simultaneamente, às seguintes condições: a) direção dos trabalhos do estabelecimento exercida pelos produtores; e, b) o trabalho familiar superior ao trabalho contratado. Os autores destacam ainda que, do ponto de vista conceitual, não se define agricultura familiar a partir do tamanho do estabelecimento, cuja extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base no seu próprio trabalho associado à

tecnologia de que pode dispor. Entretanto, deve-se evitar incluir nesse universo os estabelecimentos de grande dimensão, que possam ser caracterizados como latifúndios improdutivos.

Uma nova configuração do meio rural brasileiro apresentada por Graziano da Silva e Del Grossi (2000), denominada de “Novo Rural” considera três grupos: a agropecuária moderna (*commodities*); atividades não-agrícolas (moradia, lazer, serviços); e, novas atividades agropecuárias (localizados em nichos de mercado). Estes grupos integram um conjunto de atividades de renda no mercado, como a urbanização do meio rural, turismo, lazer, e prestação de serviços, aluguel de máquinas, etc.

A combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas é conhecida por pluriatividade, criadas como objeto de valorização dos capitais. A diferença é que, anteriormente, estavam ligadas ao estabelecimento agropecuário com uma atividade econômica, enquanto a pluriatividade está ligada às famílias, com uma unidade social e demográfica (GRAZIANO da SILVA e DEL GROSSI, 2000).

2.3 A pluriatividade como característica da agricultura familiar

Entende-se por pluriatividade as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. Implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica ou, ainda, serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura (SCHNEIDER, 2003).

Nesses termos, há consenso pelos autores em torno da definição de Fuller (1990, p. 367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...] permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências).

Marsden (1990) considera a pluriatividade uma configuração das relações de trabalho contemporâneas, decorrente dos processos recentes de realocação econômica. Embora o autor defenda que a pluriatividade seja uma decorrência dos novos contornos sociais, econômicos e espaciais da reestruturação capitalista, também reconhece que os elementos “exógenos” (sobretudo o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas) não são suficientes para explicar inteiramente esse fenômeno.

Ainda segundo o autor, para se compreender os tipos de impacto que essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução social, é necessário a análise das relações sociais internas às propriedades e ao processo produtivo, ou seja, um estudo das relações sociais engendradas pela dinâmica do processo de trabalho.

Em relação às unidades familiares, Marsden (1990) ressalta que as mesmas são compelidas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade devido ao ingresso em um ambiente competitivo, o que impede que sobrevivam apenas e exclusivamente dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas. Dada essa nova configuração do mercado de trabalho e da importância que assume o espaço rural como um espaço mercantilizado de bens e serviços, parte expressiva das unidades familiares agrícolas torna-se pluriativa, garantindo, assim, condições razoáveis de sobrevivência.

Segundo Carneiro (1998) a pluratividade pode ser considerada uma categoria social que se caracteriza como um trabalho complementar, sendo que essas atividades podem ou não estar ligadas à agricultura. Contribuindo neste sentido, Fuller (1990, p. 368) diz que a pluriatividade “[...] apresenta variações muito expressivas de situações de espaço e de tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica fundamental seja a interação entre agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho”.

Estudo desenvolvido por Arkleton Trust (1992) propõe três níveis de análise da pluriatividade. O primeiro toma a pluriatividade como uma expressão de determinados tipos de economia regional ou local. Trata-se de sua projeção espacial, bem como de suas interações com a estrutura econômica e com as condições socioculturais e políticas ali instauradas. O segundo refere-se à abordagem da família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre a agricultura e a pluriatividade. A decisão de alocação dos recursos disponíveis (capital, trabalho, etc.), bem como a opção por uma determinada estratégia de investimento em atividades agrícolas ou não-agrícolas, são decisivas para a compreensão das diversas formas possíveis que assume a pluriatividade.

O terceiro, por sua vez, refere-se à interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais. Ou seja, trata-se do enfoque histórico e comparativo entre regiões e comunidades, no sentido de averiguarem-se os fatores que podem contribuir para explicar as distintas funções da pluriatividade como, por exemplo, o tamanho e a composição familiar e a disponibilidade de um mercado de trabalho de atividades não-agrícolas (Brun e Fuller, 1991).

2.4 A importância do crédito na manutenção da agricultura familiar

A agricultura é fundamental para a economia de 80% dos municípios brasileiros, onde vivem mais de 30% da população brasileira e, em termos de balança comercial, a agricultura e seus desdobramentos respondem por quase 40% das exportações totais do país (DESER, 2002).

De acordo com Buainain e Souza Filho (2001), sem apoio técnico e financeiro, uma parte dos produtores familiares tem historicamente fracassado e abandonado as atividades rurais; outra se mantém basicamente explorando atividades de subsistência, complementadas, quando possível, por rendas obtidas em atividades fora da propriedade; apenas uma parte dos produtores insere-se dinamicamente nos mercados de produtos agropecuários e criam condições para um processo de acumulação e aumento de renda.

A disponibilidade de recursos financeiros é condição necessária, embora não suficiente, para permitir que os produtores familiares iniciem e mantenham um processo produtivo rentável e sustentável. No entanto, sabe-se que os mesmos, em particular os mais pobres, encontram grandes dificuldades em obter crédito comercial ou mesmo crédito oficial distribuído por meio dos canais bancários convencionais.

Em alguns casos, o próprio produtor não se interessa em tomar e utilizar um crédito cujas condições operacionais e financeiras não são adequadas as suas necessidades e

especificidades. Em outros casos, são as próprias instituições bancárias que colocam obstáculos, seja solicitando aos produtores garantias reais que os mesmos não podem prover, seja exigindo a compra de serviços adicionais — seguro, manutenção de saldo médio em cadernetas de poupanças etc. — que, além de não interessar diretamente ao produtor, termina encarecendo o crédito (BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2001).

Ainda segundo o autor, alguns programas primavam por complicar os cálculos necessários para que os beneficiários pudessem projetar o que teriam que disponibilizar para quitar a dívida contraída junto aos credores. Surgiram, então, outras formas de microcrédito, alguns com características solidárias em Cooperativas de Crédito, que estão auxiliando aos pequenos agricultores que ficavam a descoberto pelas instituições oficiais.

Assim, as relações dos agricultores com o ambiente social e econômico podem ocorrer por meio do crédito, do financiamento ou de outra forma de apoio institucional – Estado ou ONGs – e, também, pelo acesso a mercados de produtos (compra de insumos e venda de mercadorias, relação com a agroindústria etc.), mercado de trabalho (como a possibilidade de obter rendas em atividades não-agrícolas), acesso a informações e inovações produzidas pelo progresso tecnológico. No entanto, um olhar atento sobre a produção agrícola é suficiente para observar que ainda se trata de uma atividade muito dependente de fatores naturais como clima, solo, ou equilíbrio.

Dessa forma, os avanços científicos e tecnológicos, embora notórios, ainda não conseguiram eliminar a “base natural” sob a qual se assenta a produção de alimentos e fibras, e muito menos subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de suprimir a distinção, em termos de funcionamento entre agricultura e indústria (NEVES, 1995, 1997; CARNEIRO, 1998).

Além disso, o ambiente social e econômico também deve compreender as expectativas que as famílias nutrem em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem. Contudo, o elemento central que patrocina relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos aqui apresentados é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que está assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre seus membros. É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam a persistência e a sobrevivência de certas unidades e, ao mesmo tempo, a desagregação e o desaparecimento de outras.

Segundo Neves (1997) e Carneiro (1998), as decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral. Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que determinadas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor muito inserido na dinâmica capitalista, contando com contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições.

A produção é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos - membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão inseridos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis a sua continuidade. Esta perspectiva permite romper com o usual reducionismo classificatório dos estudos sobre a agricultura familiar, pois nem a categoria trabalho familiar estritamente, nem a contratação ou não de assalariados, nem tampouco as relações com o

mercado servem, isoladamente, como critérios para definir a natureza de uma determinada forma social (Neves,1995,1997; Carneiro,1998).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme citado, o objetivo principal deste trabalho é apurar as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do município de Toledo/PR (para 2005) e a importância da pluriatividade na viabilização dessas propriedades, bem como contribuir para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural local. Para isso, o método de pesquisa adotado foi o estudo de caso de caráter exploratório, que “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1991, p.38). Trabalhou-se, desta forma, com dados primários, que, segundo Mattar (1997), são aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisadores e com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento.

Para a realização da pesquisa, selecionou-se uma amostra de 262 proprietários de uma população de 3.200 produtores rurais existentes no município de Toledo/PR, ressaltando-se, porém, que estes dados, considerados como secundários, foram obtidos junto ao Departamento de Receita da Secretaria da Fazenda do município de Toledo/PR.

Esta pesquisa baseou-se em um tipo de amostragem não probabilística, rotulada como amostragem possível ou por acessibilidade (GIL, 1991; SHIKIDA, 2001). Não é um método considerado rigoroso, do ponto de vista estatístico, entretanto, conforme cita Gil (1991, p.83): “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido nível de precisão”.

Para a coleta de dados, utilizou-se de questionários semi-estruturados que, para Alencar (2000), são formados por questões fechadas e abertas, com perguntas padronizadas, cujas respostas ficam a critério dos entrevistados, os quais podem manifestar suas opiniões, pontos de vista e argumentos.

A aplicação do questionário deu-se através de entrevista que ressaltou os seguintes aspectos: a) dados gerais do proprietário rural; b) composição familiar; c) escolaridade dos filhos; d) origem do patrimônio; e) tamanho da propriedade; f) tempo que atua na atividade; g) atividades econômicas desenvolvidas na propriedade; h) faturamento médio anual; i) acesso à informática; e, j) planejamento da atividade rural. A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2005 e, de posse dos dados, os mesmos foram tabulados e analisados, tomando-se como base a revisão de literatura utilizada neste estudo.

Inicialmente, cabe ressaltar que o município de Toledo/PR situa-se na região Oeste do Estado do Paraná, com área de 1.205.501 km² e com uma população estimada de 98.200 habitantes, sendo 85.920 na área urbana e 12.280 na área rural (IBGE, 2000). A base da economia do município está na agropecuária e o grande potencial agroindustrial está fundamentado na soja, milho, trigo, avicultura, suinocultura piscicultura e produção de leite (PREFEITURA DE TOLEDO, 2005).

Em relação aos dados gerais dos proprietários rurais do município de Toledo/PR, levantados através dos resultados do questionário, observou-se que: 2,29% dos proprietários possuem entre 20 a 30 anos de idade; 23,67% encontram-se entre 31 a 40 anos; outros 25,57% entre 51 a 60 anos; 11,83% possuem de 61 a 70 anos e 2,67% possuem mais de 70 anos de idade. No entanto, a média de idade dos produtores é de 48 anos. Sendo que pertencem a pessoas do sexo feminino apenas 5,73% e 94,27% do sexo masculino.

Quanto ao estado civil, constatou-se que 0,76% dos proprietários rurais está na condição de solteiro, 96,19% dos entrevistados são casados e os na condição de viúvos (as) representam 3,05% dos entrevistados. Quanto ao número de pessoas que constituem o domicílio familiar, verificou-se, dentre os proprietários rurais entrevistados, que 7,64% não tiveram filhos, 78,24% tiveram de 1 a 3 filhos, 10,69% possuem de 4 a 6 filhos, 2,67% possuem entre 6 a 10 filhos e, 0,76% tiveram mais de 10 filhos (Tabela 1). Sendo que o número médio é de 2,33 filhos por proprietário rural.

Tabela 1 - Quantidade de filhos

Composição	Quantidade	%
Nenhum	20	7,64
1 a 3 filhos	205	78,24
4 a 6 filhos	28	10,69
6 a 10 filhos	07	2,67
Mais de 10 filhos	02	0,76
Total	262	100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Em relação à localidade de residências dos produtores rurais, constatou-se que 19,91% dos entrevistados residem na área urbana do município (sede do município ou distritos) e os demais 80,09% residem na propriedade rural. Decorrente deste último, a pesquisa constatou que as famílias preferem morar no meio rural por ser um ambiente de melhor qualidade de vida; o poder público (Estado e município) disponibiliza transporte escolar para seus filhos; todas as propriedades possuem energia elétrica e quase a totalidade possui água tratada; há menor índice de violência e maior interação social. Além disso, tem farta quantidade de alimentos que produzem (auto-sustento), têm moradias próprias, utilizam a mão-de-obra própria (familiar), o que não ocorreria se estivessem morando na cidade. Dessa forma, têm redução dos custos e acesso fácil à cidade, já que a distância da sede do município é relativamente pequena.

Quanto ao aspecto grau de escolaridade dos proprietários rurais entrevistados, os dados da pesquisa apresentaram os seguintes resultados: 0,38% é analfabeto; 72,14% possuem o ensino fundamental; 22,52% possuem o ensino médio; e, 4,96% possuem o ensino superior. Quanto à escolaridade dos filhos desses proprietários rurais constatou-se que: 46,58% possuem o ensino fundamental; 29,90% o ensino médio; 23,20% o ensino superior; 0,16% possui pós-graduação; e 0,16% possui – doutorado (Tabela 2).

Tabela 2 – Escolaridade dos Filhos

Composição	Quantidade	%
Analfabeto	0	0
1º grau	285	46,58
2º grau	183	29,90
3º grau	142	23,20
Pós – graduado	01	0,16
Doutorado	01	0,16
Total	612	100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Ao comparar a escolaridade dos filhos em relação à dos pais verifica-se um aumento significativo, principalmente, em virtude da facilidade de acesso à escola, com transporte gratuito cedido pela prefeitura e pelo governo estadual para todas às crianças até a conclusão do ensino médio. Os entrevistados ressaltaram que o aumento do número de novas escolas, novas metodologias e técnicas de ensino foram imprescindíveis, pois facilitou e viabilizou a educação. Destaca-se que a educação é considerada importante para o futuro de seus filhos, bem como da atividade desenvolvida na propriedade, porém, os entrevistados foram quase unânimes em ressaltar a necessidade de melhorias.

Em relação ao tempo de atuação na atividade rural, a maioria dos produtores entrevistados, 61,83%, disse que atuam há mais de 20 anos; 12,60% dos entrevistados exercem a atividade entre 15 e 20 anos; 11,83% atuam entre 10 a 15 anos; 9,16% disseram desempenhar a atividade de 05 a 10 anos e 4,58% dos produtores estão na atividade entre 01 a 05 anos (Tabela 3).

Tabela 3 - Quanto tempo atuam na agricultura

Tempo	Quantidade	%
Menos de 01 ano	0	0
De 1 a 5 anos	12	4,58
De 5 a 10 anos	24	9,16
De 10 a 15 anos	31	11,83
De 15 a 20 anos	33	12,60
Mais de 20 anos	162	61,83
Total	262	100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Os dados coletados através dos questionários, apresentados na Tabela 4, revelam a origem do patrimônio dos entrevistados: 31,30% tiveram seu patrimônio oriundo de herança recebida de seus pais; outros 32,44%, embora tivessem recebido parte do patrimônio através de herança da família, conseguiram aumentar este patrimônio com renda provinda do próprio patrimônio (atividade rural); 27,86% dos entrevistados obtiveram o seu patrimônio com recursos próprios decorrente de outras atividades, porém, muitas delas ligadas à exploração da terra, realizando, assim, o sonho de possuir um pedaço de terra para produzir e tirar dela o sustento da família. Enquanto para 4,96% dos entrevistados a origem de patrimônio deu-se, em parte, em decorrência de herança e outra parte de financiamentos, outros 1,53% tiveram acesso a terra através do Programa de Assentamento do INCRA, não deixando esta de ser uma forma de financiamento, embora de longo prazo e com juros mais baixos e 1,91% dos entrevistados não são proprietários – possuem áreas arrendadas, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Origem do Patrimônio

Origem	Quantidade	%
Herança	82	31,30
Parte herança e renda da própria propriedade	85	32,44
Parte herança e parte financiamento	13	4,96
Recursos próprios	73	27,86
Assentamento do INCRA	04	1,53
Arrendamento	05	1,91
Total	262	100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Ao relacionarmos o sexo dos proprietários rurais com os dados referentes à origem do patrimônio (Tabela 4), nota-se a questão cultural dos moradores (descendentes de italianos e alemães, em sua maioria). Estes, quando do casamento dos filhos homens davam como “dote” uma “colônia de terra¹” e para a filha mulher “o enxoval”, o qual consistia em utensílios domésticos para a mobília da casa.

O tamanho das propriedades indica que 82,06% dos produtores possuem área de terra entre 1 a 71,9 hectares, considerados, portanto, como pequenos produtores; 15,27% possuem entre 72 a 269,9 hectares, enquadrando-se como médios produtores e 2,67% dos entrevistados disseram possuir área acima de 270 hectares, sendo estes considerados grandes produtores rurais (Tabela 5).

Tabela 5 – Tamanho das propriedades

Tamanho	Quantidade	%
01 a 71,9 hectares	215	82,06
72 a 269,9 hectares	40	15,27
Acima de 270 hectares	07	2,67
Total	262	100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Constatou-se que os proprietários rurais desenvolvem mais de uma atividade agrícola em suas propriedades. Sendo que as principais atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades, segundo os entrevistados, são: as culturas da soja, do milho e do trigo. O cultivo da soja é praticado em 88,55% das propriedades, seguido pela cultura do milho, com 85,50% e o trigo com 38,55%. Destaca-se, também, a cultura da aveia em 7,25% das propriedades, o cultivo de hortaliças em 0,38%, a fruticultura em 0,76%, a erva-mate em 0,38%, o feno em 0,38%, a cana-de-açúcar em 0,38%, a mandioca em 1,53%, o fumo em 0,38%, outras 0,79% das propriedades cultivam o feijão e o triticale respectivamente.

Por outro lado, além das atividades agrícolas os produtores rurais desenvolvem atividades agropecuárias, com destaque para a atividade leiteira em 52,57% das propriedades, a suinocultura em 37,79% e a avicultura em 18,32%. Outras atividades como a piscicultura é desenvolvida em 9,54% das propriedades; a pecuária em 2,29%; a apicultura em 0,76% e a produção de ovos, queijo, rãs e pesque-pague está presente em 0,38% das propriedades, cujos proprietários foram entrevistados.

Os dados apresentados demonstram a pluriatividade nas propriedades rurais do município de Toledo/PR, o que tem gerado, segundo os entrevistados, maior estabilidade na renda do produtor rural. Neste contexto, os dados da pesquisa reforçam o estudo realizado por Graziano da Silva e Del Grossi (2000), em que a pluriatividade resulta da consequência dos esforços de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem e não podem ser considerados como parte de um processo de proletarianização.

Quanto ao uso de técnicas administrativas para o gerenciamento da propriedade, a pesquisa constatou que, dos produtores rurais entrevistados, 54,58% elaboram planejamento para diversificar suas atividades. Os mesmos demonstraram ter consciência da necessidade da diversificação da atividade, principalmente, devido à insegurança de ficar vinculado a um só tipo de cultura, pois a ocorrência de frustração de uma safra agrícola ou a queda de preço de um determinado produto agrícola poderá levá-los a passar por grandes dificuldades.

¹ Área de terra correspondente a 242.000m² ou 24,2 hectares.

Neste sentido, os dados vêm confirmar o que apresentou Graziano da Silva e Del Grossi (2000), de que novas atividades estão invadindo o campo, com o objetivo de valorização do capital. Entretanto, para 45,42% dos produtores entrevistados, o planejamento, embora considerado importante, não é adotado com frequência devido ao fato de já possuírem um grau de diversificação, e/ou por não acharem ser viável, tendo em vista as propriedades serem muito pequenas e também por não terem condições financeiras para investirem em novas culturas. Neste sentido, vale ressaltar que o crédito não é instrumento suficiente para promover o desenvolvimento rural, porém, é um elemento, dentre outros, que pode contribuir para isso (BUAINAIN e SOUZA FILHO, 2001).

Os principais motivos que levaram os produtores rurais a diversificarem suas culturas, em ordem de importância, foram: a) obtenção de maior rentabilidade; b) preservação do solo (questões ambientais); c) utilização da infra-estrutura existente (barracões, máquinas, etc.); d) maximização do uso da mão-de-obra familiar; e d) linhas de financiamento. Isto permite inferir que programas de fomento como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), quando acessíveis aos produtores rurais, podem gerar um incremento na produtividade e na rentabilidade desta parcela produtiva, tão importante para o país.

A Tabela 6 demonstra o faturamento bruto médio anual das propriedades rurais. Pode-se constatar a variação de renda se considerar o tamanho das propriedades (Tabela 5). A observação dos pesquisadores permite diagnosticar que nas propriedades com maior organização gerencial e com uso em grau maior de tecnologia (técnicas de cultivo e de trato com pequenos animais), os proprietários estão satisfeitos com os resultados obtidos nas atividades por eles desenvolvidas. Por outro lado, os produtores com menor grau de escolaridade, que possuem menor acesso ao crédito e a novas técnicas de cultivo, demonstraram-se desgostosos com os rendimentos obtidos em decorrência da atividade rural.

Tabela 6 – Faturamento bruto médio anual

Faturamento	Quantidade	%
Menos de R\$ 3.600,00	03	1,14
> De R\$ 3.600,00 e < de 6.000,00	04	1,52
> De R\$ 6.000,00 e < de 10.000,00	15	5,73
> De R\$ 10.000,00 e < de 20.000,00	40	15,27
> De R\$ 20.000,00 e < de 50.000,00	77	29,39
> De R\$ 50.000,00 e < de 100.000,00	56	21,37
> De R\$ 100.000,00 e < de 150.000,00	30	11,45
> De R\$ 150.000,00 e < de 200.000,00	09	3,44
> De R\$ 200.000,00 e < de 400.000,00	18	6,87
Mais de 400.000,00	10	3,82
Total	262	100

Fonte: Dados da pesquisa (2005)

Ainda em relação à gestão da propriedade constatou-se a preocupação dos entrevistados com o controle da atividade rural. Sendo que 61,83% dos entrevistados disseram possuir algum tipo de controle com certa metodologia, ou seja, efetuam anotações referentes aos gastos e receitas com a atividade em cadernos, fichas, planilhas de *Excel*, outros afirmaram fazer uso de *software* específico para controlar e gerar informações para a tomada de decisões. Dados da pesquisa indicam que 42,37% dos entrevistados possuem microcomputador em casa, porém, segundo relato dos mesmos, esta ferramenta é destinada

aos filhos que a utilizam em seus estudos (trabalhos escolares) e não para auxiliá-los no controle das atividades rurais.

No entanto, a pesquisa apontou que, entre os entrevistados que possuem algum tipo de controle em suas atividades, 54,58% desses proprietários rurais fazem uso de serviços contábeis – possuem contador próprio, recebem assessoria de escritórios de contabilidade ou de serviços contábeis disponibilizados pelo sindicato rural. Os principais benefícios do uso de serviço contábil, segundo os entrevistados, são: a) maior controle de custo de produção; b) informações precisas para tomada de decisões; c) possibilidades de redução dos custos; d) possibilidade de planejamento com base na lucratividade; e e) maior organização nas atividades.

Contudo, faz-se necessário uma ressalva neste ponto, pois os produtores entrevistados apontaram que, além do planejamento, a lucratividade da atividade depende também de uma boa safra, neste caso, depende do clima-tempo para obter-se uma boa colheita. Isso vem ao encontro do que expôs Valle (1987), que os aspectos especiais de uma organização agrária, no momento de sua constituição e posteriormente, são mais limitados do que os outros organismos produtivos, porque dependem de causas objetivas (condições pedológicas e climáticas).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou apurar as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do município de Toledo/PR, bem como a importância da pluriatividade na viabilização dessas propriedades, através de aplicação de questionário.

Como principal corolário deste estudo pode-se apontar o fato de que as propriedades rurais pesquisadas vêm diversificando suas atividades no intuito de obterem maior rentabilidade, devido a questões ambientais e à maximização de infra-estrutura e mão-de-obra existente e devido às linhas específicas de financiamento. Além disso, a pluriatividade tem proporcionado maior estabilidade na renda do produtor rural.

Não obstante, um fator que esta pesquisa ressalta como importante para a viabilidade das propriedades rurais, refere-se à adoção de técnicas de gestão, sendo o planejamento um fator determinante na redução do custo de produção, o qual interfere diretamente na rentabilidade da atividade e consequentemente na viabilidade da propriedade rural.

Quanto à origem do patrimônio dos entrevistados (proprietários rurais), constatou-se que na sua maioria foi decorrente de herança. Em relação ao tamanho das propriedades rurais verificou-se a predominância da pequena propriedade, sendo que a mão-de-obra utilizada é a familiar.

Os proprietários rurais do município de Toledo/PR pesquisados são, na sua maioria, homens, casados, com idade média de 48 anos, atuam na atividade rural há mais de 20 anos, possuem ensino fundamental e faturamento anual entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00. Demonstra-se, com isso, um perfil de produtor com significativo poder aquisitivo.

A família dos proprietários rurais é constituída, em média, por cinco pessoas (casal + filhos), sendo que o nível de escolaridade dos filhos é superior a dos pais, possui acesso à informática, energia elétrica, água tratada e alimentação (de certo modo, farta). Os proprietários rurais na sua maioria residem na própria propriedade (meio rural) e desfrutam segundo os mesmos de boa qualidade de vida.

Este estudo, uma pesquisa exploratória, teve como finalidade apurar as atividades econômicas desenvolvidas nas propriedades rurais do município de Toledo/PR e a importância da pluriatividade na viabilização dessas propriedades e, a partir disto, sugere-

se, como futuras extensões do presente trabalho, que mais pesquisas possam ser implementadas no intuito de avaliar a viabilização das propriedades rurais, bem como a interferência da introdução de técnicas de gestão e planejamento da diversificação das atividades, como um fator determinante na redução do custo de produção.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. **Como desenvolver o potencial criador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARKLETON TRUST. *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale: rapport final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Ménages Agricoles*. Luxembuourg, Comissão Européenne, 1992.
- ASSIS, R. de. Globalização, desenvolvimento sustentável e ação local: o caso da agricultura orgânica. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, jan. /abr. 2003, p. 79-96.
- BRUN, A.; FULLER, A. *Farm family pluriactivity in Western Europe*. United Kingdom: The Arkleton Research, 1991.
- BUAINAIN, A M e SOUZA FILHO, H. M. **Evolução e contradições da política agrícola nos anos 90**. (2003). Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>, acesso em 23/01/2006.
- BUAINAIN, A M. e SOUZA FILHO, H.M. **Elementos para análise e desenho de políticas de crédito para agricultura familiar**. NEA/IE/UNICAMP – GEPA/DEP/UFSCar. São Carlos, 2001.
- CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: Novas Identidades em Construção**. Campinas, UNICAMP: Projeto Rurbano, 1998.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro, IBGE. 1997.
- DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.11, out. 1998. p. 26-52.
- DESER – Departamento Sindical de Estudos Rurais. Agricultura familiar – conjuntura econômica: análise dos anos 90. In: **Boletim do DESER**. Nº. 122, out./2002.
- DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais. Multiplicidade e diversidade da contribuição da agricultura familiar ao desenvolvimento local no Paraná. In: **Boletim do DESER**. nº. 129, maio/2003.
- DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. A ocupação agrícola no Brasil. In: **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo, DIEESE, 2001. p. 211-236.
- FAO/INCRA; **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, FAO/INCRA. 1995.
- FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. New York, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Atlas, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP-IE, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n. 1, p. 43-81, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (orgs.). **O Novo rural brasileiro**. Vol. 1. Jaguariúna/São Paulo, Embrapa/Unicamp, p. 79-101, 2000.

GUANZIROLI et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2001.

GUANZIROLI, C. E. e CARDIM, S. E. de C. S.; **Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil Redescoberto**. Brasília, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2000. **Pesquisa**. Disponível em: <<http://www1.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/estados-brasil.html>>. Acesso em: 11 mar. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/serveinf.htm>. Acesso em: 11 mar. 2006.

Manual de Orientação da Previdência Social na Área Rural (2003). Disponível em: <<http://www.senar.com.br/v2/html/index.php>>. Acesso em: 11 mar. 2006.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda, Pessoa Jurídica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARSDEN. T. *Theoretical issues in the continuity of petty commodity production, occupancy changes in British griculture*. *Geoforum* ,22 (1): p. 105-117, Londres, 1998.

MARSDEN. T. *Towards the political economy of pluriactivity*. *Journal of Rural Studies* ,6 (4): p. 375-382, Londres, 1990.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. São Paulo: Atlas, 1997.

NEVES, D. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura** , 8: p.7-25,abr, Rio de Janeiro, 1997.

NEVES, D. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista Reforma Agrária** , 25: p. 21-37, maio/dez.,Campinas, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO) e o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) (1996). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm>. Acesso em: 11 mar. 2006.

PREFEITURA DE TOLEDO. SECRETARIA DE AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www1.toledo.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2005.

SCHNEIDER, S. **Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar**. Porto Alegre: [s.n.], 2001. 37f. Mimeografado.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, nº 51. Fev./2003.

SHIKIDA, P. F. A. **A dinâmica tecnológica da agroindústria canavieira do Paraná: estudos de caso das Usinas Sabarálcool e Perobálcool**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.



VALLE, F. Manual da contabilidade agrária: a produção agrária, a administração da empresa agrária, a contabilidade agrária. 2 .ed. São Paulo: Atlas, 1987.